

A EROSÃO CULTURAL ALIMENTAR: PROCESSO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NA AGRICULTURA FAMILIAR

Tatiana Aparecida Balem¹
Paulo Roberto Silveira²

¹ Eng. Agrônoma - Extensionista Rural da EMATER-RS

Escritório Municipal da EMATER de Quevedos-Rs

tbalem@emater.tche.br

² Prof. Assistente do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural

Doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC paulosilveirarural@via-rs.net

RESUMO

Este artigo busca analisar o processo de erosão cultural alimentar que atinge os agricultores familiares, a partir de duas realidades estudadas: os assentamentos de reforma agrária do município de Tupanciretã e a comunidade de Nossa Senhora Aparecida, distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria-RS. Procura-se caracterizar um processo de empobrecimento da dieta dos agricultores, causada pelo abandono das culturas de subsistência e a maior dependência da renda gerada pelos produtos voltados ao mercado de exportação ou às grandes cadeias agro-alimentares para garantir a segurança alimentar de sua família. Tal processo é gerado pelo modelo agrícola implantado no país, caracterizado pela monocultura e a crescente especialização do agricultor, o que implica na canalização dos recursos para atividades destinadas ao mercado; aliado a urbanização do rural, o que aproximando o agricultor do urbano o leva a assumir práticas e hábitos alimentares deste meio. Demonstra-se que há um crescente abandono da produção artesanal de alimentos processados e de cultivos tradicionais para o consumo, o que impõe a necessidade de políticas que estimulem a diversificação e tenham como pressuposto a agricultura familiar.

Palavras-chave- Segurança alimentar; agricultura familiar; pobreza rural;

¹ Eng. Agrônoma - Extensionista Rural da EMATER-RS

Escritório Municipal da EMATER de Quevedos-Rs

tbalem@emater.tche.br

² Prof. Assistente do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural

Doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC paulosilveirarural@via-rs.net

I-Introdução

Os debates com relação ao abastecimento alimentar, segurança alimentar e ainda de soberania alimentar tem estado nos circuitos de discussão de vários espaços acadêmicos e políticos. A preocupação em garantir a segurança alimentar do povo Brasileiro tornou-se um dos principais programas do Governo Federal, o programa “Fome Zero”.

Isto nos leva deduzir que a agricultura apesar de dita extremamente tecnicizada e eficiente, não está atendendo os pré-requisitos básicos, que é o de garantir alimento na mesa de todos os cidadãos. Esta preocupação tem atingido também os setores que trabalham com a agricultura familiar, pois esta com uma orientação progressiva para o mercado, o monocultivo e a especialização, tem negligenciado os cultivos de subsistência e vivido numa situação de insegurança alimentar, pois grande parte da alimentação tem sido comprada e não produzida internamente na propriedade.

A orientação para subsistência têm sido negligenciada pelos agricultores e pelos agentes que trabalham no rural em função da necessidade premente do agricultor de ter uma renda que garanta minimamente a sobrevivência de sua família. Os agricultores que plantam para o consumo e comercializam o excedente, tem rumado para uma orientação basicamente para o mercado, o que pode ser observado em regiões de agricultura familiar e de assentamentos de reforma agrária.

Deste modo, há uma progressiva desvinculação da agricultura familiar com os cultivos de subsistência, o que a nosso ver fere diretamente o “ser agricultor”, ou seja, a essência de agricultor familiar. Observa-se que nos assentamentos de reforma agrária, muitos agricultores vivenciam o que chamaremos aqui de Erosão Cultural Alimentar, pois perderam a cultura de subsistência, o que pode ser notado mais acentuadamente quando se fala de produtos processados artesanalmente.

Neste trabalho, buscamos demonstrar em duas realidades na região central do Rio grande do Sul: a agricultura familiar em desagregação e assentamentos de reforma agrária, um processo de empobrecimento da dieta dos agricultores e um de seus condicionantes, a Erosão Cultural Alimentar.

2- A Desagregação da Agri-cultura e a Erosão Cultural Alimentar

Em outro trabalho, argumentamos que a transformação vivida pelos agricultores brasileiros nas últimas quatro décadas pode ser caracterizada pela desagregação da agri-cultura como uma “cultura do Agro” (BALEM & SILVEIRA, 2002). A implementação de uma agricultura “científica” impõe como referência para a decisão\ação do agricultor os conhecimentos gerados nos centros de pesquisa traduzidos em produtos (insumos químicos ou mecânicos), que aliados a um conjunto de recomendações sobre quais práticas agrícolas adotar, leva a uma dependência do agricultor diante daqueles que “dominam” tais conhecimentos. O saber do agricultor construído no “fazer” agrícola, sua cultura do agro não é mais a referência para superar os desafios da chamada agricultura moderna.

Neste processo de substituição da cultura do agro transmitida de geração a geração pelas referências técnico-científicas que dão suporte ao modelo agrícola implantado no país, o impacto atinge o “ Modo de Vivência” dos agricultores.³ Dentre as inúmeras transformações ocorridas no

³ Entende-se por modo de vivência, as práticas sociais adotadas por determinado grupo social no processo de apropriação do espaço agrário (SILVEIRA, PIRES & MARIN, 2000).

meio rural, particularmente no universo da agricultura familiar, assume papel relevante a mudança nas práticas e “habitus”⁴ alimentares.

Para compreensão de tais mudanças, considera-se dois fatores como fundamental: a Urbanização do rural e a característica do modelo agrícola adotado.

- a) O processo de urbanização do rural ocorrido com o acelerado desenvolvimento dos transportes e meios de comunicação, rompe com o histórico isolamento do agricultor em relação ao meio urbano e o torna cada vez mais familiarizado com o modo de vida urbano. O contato mais intenso e freqüente com o urbano, exigido, inclusive, pela necessidade de relações com comércio, indústria e setor bancário, característica de uma agricultura com maior inserção no mercado, faz com que haja assimilação de valores e hábitos urbanos por parte dos agricultores. Elemento importante neste processo é o acesso a uma variedade de produtos antes de uso exclusivamente urbano devido ao distanciamento do homem rural da rede de circulação de mercadorias, o que integra o agricultor familiar como consumidor. Isto tem como conseqüência a incorporação nos hábitos alimentares de produtos antes ausentes da mesa do agricultor e a substituição de produtos caseiros por alimentos comprados in natura ou industrializados. Um exemplo de tal mudança nas práticas alimentares é que o pão hoje consumido no meio rural é na maior parte dos casos produzidos no meio urbano, assim como os legumes e frutas⁵.
- b) O processo de modernização da agricultura brasileira desenvolveu-se no sentido de integrar de forma subordinada a agricultura familiar às grandes cadeias agro-alimentares, passando o agricultor a produzir matéria-prima para as indústrias processadoras no padrão exigido ou produzir as “comodities” destinadas a exportação. A política de implantação deste modelo induziu a monocultura, já que os recursos disponíveis em terra, capital ou trabalho devem ser alocados mais eficazmente nos produtos para o mercado. Neste processo, produzir para subsistência passa a significar o deslocamento destes recursos das atividades responsáveis pelo ingresso monetário anual na unidade de produção e até a ameaça às condições de atender as constantes inovações no processo produtivo aliadas ao aumento necessário da escala de produção⁶. A especialização numa determinada atividade passa a ser sinônimo de capacitação crescente e a diversificação como uma dispersão de esforços e menor qualificação na atividade principal no tocante a renda da unidade de produção.

No conjunto de conseqüências deste duplo processo de transformação da agricultura e do mundo rural já amplamente debatido⁷, ainda há um aspecto pouco enfatizado que é o impacto na dieta das famílias agricultoras. Em regiões de tradição colonial, onde historicamente houve uma agricultura diversificada envolvendo sistemas de cultivo e criação, processamento de produtos de

⁴ Adota-se a conceituação de Pierre Bourdieu (1993), para o qual o Habitus é um conjunto de pré-disposições historicamente estruturadas particular a cada indivíduo, segundo sua história pregressa. Já a prática é a relação dialética entre o habitus e a situação concreta vivenciada pelo agente social, no caso do agricultor as condições objetivas de sua unidade de produção condiciona suas práticas alimentares, não somente seus desejos ou valores.

⁵ Em estudos realizados no município de Santa Maria-RS e nos assentamento de reforma agrária de Tupanciretã, observou-se hoje que a existência de oportunidade de adquirir pão através dos comerciantes que deslocam-se dioturnamente ao meio rural, gera uma facilidade de acesso que inibe o estímulo a produzir o alimento. Da mesma forma, abandona-se as hortas domésticas em função do contato fácil com o mercado urbano.

⁶ Os custos crescentes com o uso de insumos industriais e as escalas mínimas definidas pelos grupos agroindustriais, forçam um constante esforço no aumento de escala.

⁷ Ver GRAZIANO DA SILVA (1997); GUANZILROLI, C., ROMEIRO, A., BUAINAIN, A. et all (2001).

origem animal e vegetal, a chamada agroindústria caseira⁸, passa-se a abandonar a produção de alimentos e depender-se da aquisição no mercado local para compor a alimentação diária.

A necessidade de custear gastos com a aquisição de alimentos para consumo diário, leva naturalmente a uma simplificação alimentar, onde a dieta do agricultor pouco se diferencia da dieta das populações da periferia dos grandes centros urbanos, precarizadas no acesso a uma alimentação rica pelo fator econômico.

No caso do agricultor familiar do sul do Brasil, a antiga agricultura colonial tinha um conteúdo cultural, pois para cada região e herança étnica havia alimentos característicos associados a um “saber fazer” pertencente a cultura do “agro” ali desenvolvida. Neste contexto, as práticas e hábitos alimentares eram permanentemente socializadas através das gerações. O processo de simplificação da dieta pelo abandono da produção para subsistência gera o que denominamos de erosão cultural alimentar, definida como a perda gradativa de uma alimentação variada, mais complexa nutricionalmente, alicerçada na cultura do agro e adoção de práticas e hábitos alimentares urbanos.

Este processo de Erosão Cultural Alimentar tem levado a uma situação de não soberania alimentar dos agricultores, pois a família não é mais o destino das atividades agrícolas, muito menos tem poder de decisão de como plantar, pois tudo já está definido dentro do pacote tecnológico e “mercadológico”⁹ do qual estão inseridos. Sendo assim, não são mais capazes de atender as necessidades alimentares de sua família, dependendo de uma renda monetária para garanti-la.

Os agricultores ao negligenciar os cultivos de subsistência, acabam dependendo somente da renda monetária da safra para a garantia da maior parte de sua alimentação, o que diminui drasticamente o poder de investimento na propriedade, já que a renda obtida com os monocultivos, por ser em uma pequena área, é baixa. Se a alimentação da família fosse basicamente produzida, mesmo o baixo rendimento monetário obtido com os monocultivos resultariam em maior capacidade de investimento.

Outro aspecto fundamental deste processo é a vulnerabilidade dos agricultores diante de situações de quebra de safra ou período de preços baixos para seus produtos, pois elimina-se uma das razões da viabilidade da agricultura familiar, a sua competitividade sistêmica (WILKINSON, 1997). A diminuição do número de atividades na agricultura familiar diminui sua capacidade de reprodução¹⁰, pois coloca a responsabilidade de custear todas necessidades de manutenção da

⁸ Compreende-se como agroindústria caseira a atividade de processamento de produtos de origem animal e vegetal realizada na unidade produção familiar sem instalação ou equipamento específico.

⁹ No caso da realidade estudada nos assentamentos de reforma agrária de Tupanciretã, as empresas locais financiam as lavouras de muitos agricultores assentados, ou seja, fornecem os insumos para o plantio e estes pagam na safra, porém faz parte do acordo comprar todos os insumos recomendados pela empresa e comercializar a produção com esta. Mesmo caso verifica-se nos agricultores dedicados a cultura do fumo, onde a vinculação com as empresas abrange fornecimento de insumos, recomendações técnicas e comercialização do produto.

¹⁰ A capacidade de reprodução da unidade de produção familiar é alcançada quando o produto gerado ao final do ano descontados todos os insumos consumidos no processo produtivo, a depreciação de instalações, máquinas e equipamentos e os pagamentos pelo uso dos fatores de produção de que não possui (arrendamento de terra, mão-de-obra contratada, juros), além de impostos e taxas, o que costuma-se denominar renda agrícola, é suficiente para a manutenção da família e a reposição dos insumos necessários para manter o processo produtivo no nível do ano anterior. Quanto maior for o valor do auto-consumo, menor vai ser os valores para manutenção da família custeados pela renda agrícola. Em muitas situações são as “outras rendas” geradas fora da unidade de reprodução agrícola que complementam os valores necessários para alcançar a capacidade de reprodução e, em outros, é a descapitalização, seja pelo consumo dos valores destinados a cobrir a depreciação ou a venda de bens, que permite a reprodução da família na agricultura (LIMA et alli, 1992; SILVEIRA, 1994).

família no ingresso obtido em sua relação com o mercado, amplamente conhecida como desfavorável (SILVEIRA, 1994; MALUF, 2004). Percebe-se que

“ A manutenção do perfil diversificado das unidades de produção familiares rurais, com seus múltiplos vínculos mercantis, tende a se ver comprometida pelas pressões competitivas na direção da elevação da escala de produção e, conseqüentemente, de um maior grau de especialização produtiva. A aplicação dos recursos (terra, capital, mão-de-obra e recursos financeiros) passa a se concentrar num leque reduzido de produtos e a inserção mercantil dirige-se mais fortemente às cadeias integradas e aos mercados correspondentes nacional ou internacional” (MALUF, 2004).

O mais agravante é observar que os agricultores não produzem os alimentos de subsistência somente por falta de mão-de-obra disponível, mas sim pela perda progressiva da cultura da produção voltada ao alimento diário da família. Parece que isto não faz mais parte da essência do agricultor familiar. O que é “Ser Agricultor”? Qual é a lógica de produzir alimentos e não os consumir? Será que os agricultores familiares, dentro desta lógica de mercado não estão raciocinando como empregados, os quais cabe uma tarefa ?

Isso nos leva a diferenciar agricultor e produtor de alimentos. Do produtor o que se espera é um produto segundo padrões definidos pela indústria e pelos consumidores, sendo que através dos pacotes tecnológicos têm uma importante função, a de tornar o processo o mais homogêneo possível. O produtor desvincula-se ao máximo dos processos naturais, dos esquemas culturais locais e regionais e tem uma posição de agente externo do processo agrícola, ou seja, um mero manipulador de recursos em práticas recomendadas pelos agentes do sistema agroindustrial, incluindo aqui os profissionais de ciências agrárias¹¹.

Já o agricultor é fruto de uma construção social, onde os processos produtivos que ele executa estão relacionados com o seu *Habitus* e o seu *Modus Operandi*¹², as suas construções estão relacionadas com a sua inserção dinâmica com a natureza e os processos culturais e sociais locais. O agricultor nasce de um processo onde a produção de alimentos para o seu consumo diário é o principal objetivo, onde os cultivos foram sendo aprimorados através de observações sobre a natureza e não através de técnicas padronizadas.

O processo de industrialização e modernização da agricultura se apropriou da cultura dos agricultores e de tal forma influenciou nos hábitos alimentares, que muitas atividades que nasceram no seio da agricultura familiar hoje são ícones de grandes empresas alimentares e a elas somente é atribuído o “mérito”. Isto é facilmente observado nos produtos processados como leite, doces, geléias, derivados do leite, embutidos cárneos, etc... Os consumidores não vinculam os alimentos derivados da agroindústria aos processos naturais que produziram a matéria prima. E os agricultores, dentro dos conceitos de moderno igual a “bom”, “preferem” consumir produtos industrializados em vez de naturais e produzidos por eles. Um exemplo forte é o refrigerante em vez do suco natural produzido com frutas dos pomares domésticos, e não raro o leite longa vida fazendo parte da alimentação do agricultor.

¹¹ As referências sobre as quais se dão a ação do extensionista é baseada num modelo agrícola orientado para a monocultura voltada para exportação ou relacionada com as grandes empresas agroindustriais.

¹² Ver Buordieu (1993).

III - Simplificação da dieta e abandono do auto-consumo: a insegurança alimentar na agricultura familiar

3.1- O Caso dos Assentamentos de Reforma Agrária de Tupanciretã

Os assentamentos de Reforma Agrária de Tupanciretã tem demonstrado uma clara orientação para o mercado e essencialmente para um único produto, a soja. Isso se deve a dois fatores principais: o primeiro refere-se ao contexto macro da agricultura, que incentiva direta e indiretamente os cultivos para o mercado, a inserção no chamado *Agribusiness*; o segundo refere-se à realidade agrária de Tupanciretã que por ser um município onde predominam as grandes propriedades, fator que determinou a implantação de dezessete assentamentos de Reforma agrária neste município, tem uma estrutura e logística voltada essencialmente ao cultivo da soja (NUNES & BALEM, 2003).

A principal alternativa a esta orientação dominante tem sido a Bovinocultura de Leite, atividade largamente fomentada pelos movimentos sociais¹³, o que resultou na criação de uma cooperativa voltada para o recolhimento e comercialização do leite a Cooperterra (Cooperativa Mãe Terra). Com a estruturação desta cooperativa, muitos agricultores assentados puderam sair do monocultivo da soja, pois dispunham de uma infra-estrutura que garantia a comercialização de outro produto, o leite.

Os assentamentos de Tupanciretã receberam pessoas de todas as regiões do estado, e que na maioria das vezes tinham sido excluídas da agricultura. O tempo que separa o agricultor desde a sua mobilização em busca da terra até o assentamento, parece ter importância mais do que cronológica, pois os agricultores assentados tem um processo ainda mais agressivo de Erosão Cultural Alimentar, quando comparados com agricultores familiares do Distrito de Arroio do Sól, em Santa Maria (caso examinado a seguir).

A erosão cultural alimentar parece estar associada à idéia de que o agricultor que cultivar para a subsistência não estará inserido no mercado, portanto, com uma significação negativa e de atraso. O agricultor assentado é um exemplo vivo desta categoria, pois ao não inserir-se ao mercado, restringe-se ao acesso aos meios de produção.

Por outro lado, aqueles agricultores que conseguiram se inserir nas cadeias produtivas voltadas aos grandes mercados, assumem a modernização automaticamente como um conceito positivo, pois na atualidade o que é moderno é considerado “bom”, já o que lembra processo mais antigos não pode ser considerado moderno e automaticamente carrega um conceito de “ruim”. Esse processo atinge praticamente todos os agricultores familiares e não somente os relacionados à reforma agrária como veremos adiante.

A perda da cultura do processamento artesanal de alimentos é expressiva nos assentamentos de Reforma Agrária, caso dos produtores de leite¹⁴, que não produzem queijos e outros derivados. O processamento de frutas e hortaliças é praticamente inexistente e o cultivo destas, principalmente de frutíferas¹⁵ é muito pequeno, sendo que em muitas famílias não há hortas e pomares domésticos. Um dos alimentos mais característicos da agricultura familiar no RS e que faz parte da alimentação básica é a mandioca (*Maniot sculenta*), porém em franca

¹³ No caso e Tupanciretã temos a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Municipais Sem Terra (MMST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

¹⁴ O leite como já foi mencionado anteriormente é a principal alternativa de produção à soja.

¹⁵ O desmatamento quase total do município leva a falta de agroecossistemas definidos, o que dificulta a produção de frutíferas, porém este não é o único fator a influenciar.

decadência no seio dos assentamentos de Reforma Agrária, tratando-se de um alimento ainda cultivado em larga escala, porém a oferta não ocorre durante todo o ano, como acontecia no passado. É comum ouvir expressões dos agricultores como “nem mandioca se produz mais”, referindo-se a falta generalizada dos cultivos de subsistência.

O processamento artesanal de alimentos é o exemplo mais claro de uma cultura perdida, pois a maioria dos assentados compõe um geração de agricultores que desconhecem práticas até pouco tempo comuns no cotidiano das famílias rurais.

O estudo dos hábitos alimentares no seio dos assentamentos de reforma agrária tem demonstrado que os agricultores ao terem nas mãos a terra como meio de produção, o fazem no sentido de conseguir renda. A relação que muitos agricultores familiares de regiões coloniais ainda mantêm com a terra, raramente é observado entre os assentados, o que denota que o vínculo perdido durante o período de expropriação dos meios de produção torna-se muito mais difícil de recuperar, do que a terra no aspecto físico. Esse vínculo perdido está diretamente relacionado com a cultura do agro. Isso é um fator importante na discussão da falta de cultivos de subsistência, pois explica de certa forma o porquê do agricultor assentado, que esteve intimamente ligado a um processo violento de exclusão não considere “importante” produzir os seus alimentos diários, e não relacione isto à independência que ele tanto clama quando nos acampamentos de luta pela terra.

Dentre os fatores que influenciam na diminuição do plantio dos cultivos de subsistência não estão somente os culturais, mas também os climáticos, ambientais e também o uso abusivo de agrotóxicos, que parece estar atingindo principalmente a cultura da mandioca e frutíferas. O assentamento de agricultores em uma região não característica de agricultura familiar, com agroecossistemas extremamente homogêneos também é um fator que influencia. Estes fatores, nos levam a sugerir que a assistência técnica destes agricultores deveria priorizar processos educativos que levassem a compreensão dos agricultores em relação ao meio em que estão inseridos e a reconstituição dos agroecossistemas. Isso proporcionaria que os assentamentos saíssem de uma situação de grande propriedade, porém dividida em várias glebas, e fossem para uma situação de pequenas propriedades intimamente relacionadas.

O problema é que muitas vezes a Erosão Cultural Alimentar vem disfarçada através da opção do agricultor em não produzir alimentos de subsistência, seja em função de que este tem preferência pelo produto industrializado, ou está minimizando esforços e diminuindo assim a carga de trabalho, ou não dispõe de áreas para estes cultivos, já que deve priorizar os cultivos comerciais. Tal opção, muitas vezes, é induzida pela política de crédito rural que define o acesso à atividades destinadas ao mercado de exportação ou às grandes cadeias agroindustriais.

3.2 - O Caso do Distrito de Arroio do Só de Santa Maria

Em Arroio do Só a lembrança dos tempos em que a produção de subsistência era o motor da produção é muito viva nos agricultores. A dieta alimentar de igual forma é estreita e muito pobre de alimentos sazonais produzidos pelas próprias famílias.

Em termos de variedade de alimentos de subsistência, se comparados aos agricultores assentados de Tupanciretã, Arroio do Só ainda preserva uma variedade maior, principalmente alimentos como batata-doce, cana-de-açúcar, mandioca, frutas e hortaliças. Mas mesmo assim, a erosão cultural alimentar é acentuada. Os próprios agricultores traçam um paralelo entre a atualidade e os tempos de produção de subsistência com venda do excedente. Consideram que perderam muito em alimentação, e reconhecem que a qualidade é inferior e os alimentos menos saborosos do que aqueles plantados e processados por eles mesmos. Nesta realidade, parece haver

um vínculo mais forte com a produção de subsistência, apesar desta, em muitos casos, não passar de boas lembranças do passado.

Em relação aos alimentos processados, seu abandono também é acentuado em Arroio do Só, mas mais relacionado à perda do hábito do que ao “não saber”. Os agricultores de Tupanciretã afirmam, na maioria das vezes, que não sabem processar alimentos, já os de Arroio do Só dizem que não mais o fazem. Esta sutil diferença pode representar um menor grau de erosão cultural e um caminho mais curto de reversão.

Em Arroio do Só, as gerações de agricultores sentiram o processo de especialização da agricultura acontecer gradativamente. O desenvolvimento da agroindústria e a modificação dos hábitos alimentares urbanos, fizeram com que os agricultores perdessem o espaço de seus produtos no mercado local. A proximidade com um grande centro urbano poderia ter efeito contrário: impulsionar os agricultores familiares a desenvolver e aprimorar cada vez mais os cultivos diversificados que serviam de subsistência para a família e também geravam renda com o excedente. Com o passar do tempo, os agricultores perceberam que o mercado absorvia com maior facilidade uma grande quantidade de um só produto, ao passo que a variedade de alimentos em pequenas quantidades tornava-se mais difícil de comercializar. Então, aquela orientação para a subsistência, que ao mesmo tempo supria necessidades alimentares urbanas, começou a ceder espaço para monocultivos mais especializados.

Arroio do Só perdeu um importante espaço de comercialização devido às “irracionalidades” dos arranjos das cadeias alimentares. Hoje os consumidores de Santa Maria não tem mais a possibilidade de comprar produtos dos agricultores do município, a não ser nas feiras coloniais, ao passo que os agricultores familiares estão muito perto de um grande centro consumidor e têm dificuldade de comercializar seus produtos.

A proximidade com um grande centro urbano tem implicações ainda mais severas do ponto de vista da alimentação dos agricultores, pois se torna mais fácil comprar alimentos. Muitos mercados e padarias, tem o que se chama de mercados móveis, ou seja, colocam as mercadorias dentro de um veículo e circulam pelo meio rural comercializando produtos que na sua maioria poderiam ser produzidos pelos próprios agricultores. Essas facilidades condicionam ainda mais os agricultores à compra dos alimentos.

Esta proximidade com o centro urbano também faz com que esses agricultores tenham menos mão-de-obra disponível, pois os jovens na sua maioria tem empregos urbanos e não raro, os agricultores têm empregos temporários ou de meio turno, para complementar a renda familiar. O que contribui ainda mais com a desvinculação com a agricultura ou com a cultura do agro. Nestes casos, desenvolver alguns cultivos estritamente comerciais exigem muito menos do agricultor e muitas vezes o coloca na posição de produtor, já discutida neste artigo.

A necessidade de complementação de renda parece estar muito ligada a alta necessidade de compra de alimentos, por outro lado a falta de mão-de-obra justifica a baixa produção de subsistência o que gera um círculo vicioso, reverter esse processo parece ser importante desafio além de realmente garantir a soberania destes agricultores.

IV- (In)segurança alimentar e o desafio da reversão

Por segurança alimentar compreende-se,

“ a garantia a todos das condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem

comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna num contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana”(BRASIL, 1996).

A partir deste conceito, podemos afirmar que os agricultores familiares, nos casos estudados, estão em situação de Insegurança Alimentar, já que:

- O *acesso a alimentos básicos* é dependente da capacidade de geração de ingresso monetário suficiente para sua aquisição, já que não há produção para subsistência;
- Certamente, *a qualidade e a quantidade* são variáveis dependentes da renda familiar e não estão sobre controle do agricultor, pois não domina as condições de produção;
- Muitas vezes, observa-se que o gasto em alimentação tem comprometido o *acesso as demais necessidades básicas*, ao mesmo tempo que gastos com saúde e educação podem diminuir a capacidade de acesso a uma alimentação mais rica e diversificada;
- Quanto as práticas alimentares saudáveis, a simplificação da dieta em comparação com a mesa farta que caracterizava a agricultura familiar no passado indica um empobrecimento qualitativo nutricional;

Em tal situação, a Segurança alimentar torna-se um objetivo fundamental para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. A reversão da atual vulnerabilidade dos agricultores familiares em relação a segurança alimentar pode ser enfrentada em dois níveis:

- a) No longo prazo, não é arriscado afirmar que somente um modelo agrícola diferenciado possa reverter o atual quadro, já que a ênfase na produção para o mercado tem retirado o espaço da produção de alimentos para consumo familiar. Se observamos os investimentos públicos na agricultura familiar, onde tem lugar destacado o PRONAF¹⁶, seus esforços concentram-se no aumento da produção e da produtividade das culturas com fim comercial, indicando ser esta a principal expectativa do poder público, desconsiderando a importância da competitividade sistêmica, antes mencionada, como fator de fortalecimento da Agricultura Familiar. No atual modelo de desenvolvimento rural, o auto-consumo é irrelevante para os formuladores de políticas públicas, pois estes não assumem a especificidade da agricultura familiar¹⁷ em relação ao chamado agronegócio. Nesta perspectiva, a produção de alimentos torna-se uma atividade econômica qualquer, onde o único objetivo é o maior ingresso monetário possível, colocando o agricultor na mesma condição de vulnerabilidade alimentar que a população urbana de baixa renda¹⁸.
- b) No tocante a medidas conjunturais, pode-se especular que a questão central pode ser colocada nos seguintes termos,

“ a tensão permanente entre preços acessíveis de alimentos de qualidade e garantia de renda aos agricultores está na base da contraposição bastante comum entre políticas de apoio à produção agrícola (com enfoque rural) e às políticas de abastecimento (com enfoque urbano)” (MALUF, 2001).

¹⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar lançado em 1996 destinado a articular ações voltadas à agricultura familiar, mas em seu curso tem se resumido ao crédito, somente.

¹⁷ Ver WILKINSON (1997); SILVEIRA(1994).

¹⁸ Ou ainda pior, já que nos casos estudados, agricultores de arroio do só apresentam renda anual superior a média dos trabalhadores urbanos(2,5 salários mínimos mensais) e dependendo do ano agrícola podem Ter dificuldade de garantir o acesso a uma alimentação básica mínima(2.000 kcal/dia).

No escopo deste trabalho, temos argumentado que a Erosão cultural Alimentar trouxe uma problemática nova que implica em políticas de abastecimento voltadas ao rural, adicionadas a sempre necessária renda mínima familiar. Tal objetivo pode ser enfrentado com políticas compensatórias de fornecer alimento às populações rurais gratuitamente (os conhecidos programas de distribuição de cestas básicas que buscam manter os pobres rurais em condições mínimas de sobrevivência). Não nos parece ser esta uma alternativa viável ou desejável. De outro modo, pode-se buscar estratégias de estimular a produção de alimentos para o consumo familiar, o que implica num conjunto de ações articuladas em política pública específica. Sobre este aspecto, pode-se delinear-se algumas considerações iniciais.

Muito se tem argumentado pela seletividade do processo de desenvolvimento rural, onde cada vez menos agricultores podem atender a demanda agregada de alimentos do país e ainda suportar as necessidades do mercado de exportação, sendo destinado aos “excedentes” populacionais rurais políticas de cunho social, viabilizando melhor infra-estrutura e serviços aos rurais¹⁹, estimulando-os a manter-se no campo. Neste sentido, apresenta-se como tendência deste processo seletivo, o envolvimento dos rurais em atividades não-agrícolas, acentuando-se o papel da pluriatividade e dos diferentes usos do espaço rural na definição das políticas públicas.

Se tivermos como perspectiva a segurança Alimentar, as políticas públicas para a agricultura familiar devem incorporar, tanto para estes excluídos como para aqueles ainda inseridos nas cadeias agro-alimentares, ações de fomento à produção de alimentos, articulando auto-consumo e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar. Desta forma, não separamos política social de econômica, permitindo ver a agricultura familiar como potencial de desenvolvimento rural, gerando oportunidades de trabalho e renda.

Neste sentido, trata-se de estimular produtos que apresentem como característica:

“Cultivo tradicional de uma região, refletem hábitos de consumo peculiares, guardam relação com uma dada base de recursos naturais, preservam as características da produção artesanal” (MALUF,2004).

Ou seja, produtos capazes de iniciar um processo de reversão da Erosão Cultural Alimentar. Para tal objetivo ser alcançado torna-se fundamental linhas de crédito subsidiado para evitar que o agricultor tenha que disponibilizar recursos que, certamente, implicaria em retirar de outra atividade ameaçando sua renda anual. No entanto, tal processo deve articular-se com uma ação extensionista voltada para uma orientação não segmentada por atividade, mas que distribua os recursos em terra, capital e trabalho em função da segurança alimentar e não trate como segundo plano, a produção para o consumo da família. Por último, um terceiro elemento é a formação, já que os agentes de desenvolvimento durante anos trabalharam para convencer o agricultor de seu papel de eficaz produtor de matéria-prima, sendo a alimentação da família fator extra-econômico nas análises custo-benefício (SILVEIRA, 1994).

Não seria demais considerar que tais programas de enfrentamento da in-segurança alimentar podem contemplar uma característica da agricultura familiar do passado, o processamento artesanal de alimentos como potencialidade de agregação de valor aos produtos da unidade familiar. Sabe-se que,

¹⁹ Referir-mos a investimento em energia elétrica, abastecimento de água, vias de acesso, serviços de saúde e educação.

“ a consolidação e a expansão dos projetos de agregação de valor afetarão os vínculos preexistentes e a combinação dos recursos produtivos, na medida em que a produção de derivados deixar de ser secundária ou que o bem primário absorver toda quantidade disponível do mesmo”(MALUF, 2004).

Então, programas de qualificação e re-estruturação da produção artesanal de alimentos podem significar as bases de um processo de confronto à erosão cultural alimentar que afete a racionalidade exclusivamente mercantil da agricultura familiar, mas sem deixar de apontar a sua inserção em circuitos locais e regionais de produção, distribuição e consumo como possibilidade futura de ampliação da capacidade de reprodução das unidades de produção agrícolas familiares.

5- Referências Bibliográficas

- BALEM, T. & SILVEIRA, P.R. da. Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública, em: **Simpósio Latino-Americano de Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários- IESA**, Flonianoópolis, SBSP/EPAGRI, 2002, anais em CD.
- BALEM, Tatiana A. **Um processo de Transição Agroecológica: o caso da Associação Nossa senhora Aparecida**, Santa Maria, CPGER-UFSM, 2004, 116 pg. (Dissertação de Mestrado).
- BOURDIEU, P. Esboço de uma Teoria da Prática, em: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu- Sociologia**, Col. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ed. Ática, 1983.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro, em: SHIKI, S. GRAZIANO DA SILVA, J. & ORTEGA, A. (orgs.). **Agricultura, Meio-Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**, Uberlândia-MG, CNPQ-FAPEMIG, 1997.
- GUANZILROLI, C., ROMEIRO, A., BUAINAIN, A. et all, **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**, Rio de Janeiro, FAO/MDA/ Garamond, 2001.
- MALUF, R. Mercados Agroalimentares e a Agricultura Familiar no Brasil: Agregação de Valor, Cadeias Integradas e Circuitos Regionais, Porto Alegre, **Ensaio FEE**, V.25, Nº 01, Abril de 2004
- MALUF, R. Políticas Agrícolas e de Desenvolvimento, em: LEITE, S. (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**, Porto Alegre, EDUFRGS, 2001.
- NUNES, Poppy B. & BALEM, T. *Reforma Agrária e Agroecologia: um modelo em construção*. **Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Porto Alegre, 2003 (anais em CD-rom).
- SILVEIRA, P.R. C. da. **Reflexões sobre o Modo de Gestão em Sistemas de Produção Agrícolas Familiares- um estudo exploratório**, Santa Maria-RS , CPGER-UFSM, 1994(dissertação de Mestrado
- SILVEIRA, P.R.C. da., PIRES, P. J. & MARIN, M. *As formas de exploração do espaço em regiões marginais*, **X Congresso Mundial de Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, 2000(anais em CD).
- WILKINSON, J. *Mercosul e Produção Familiar: Abordagens Teóricas e Metodológicas*, **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, Nº 08, Abril de 1997